

A classe média (não) vai ao paraíso: Lendo Elísio Estanque nos trópicos¹

Andréa Monteiro da Costa²

Resumo: O artigo analisa os contornos sociais e ideológicos das classes médias no Brasil. A partir de uma contextualização histórica sobre o lugar dessas classes na estrutura social do país, busca-se destacar o papel conservador e antimoderno que desempenham. Assentadas nos privilégios da herança escravista, os setores de classe média no Brasil se nutrem do patrimonialismo e da negação, nem sempre muito consciente, da inclusão de trabalhadores domésticos, mulheres e crianças como sujeitos de direito na vida social. A investida analítica é executada a partir do ângulo da sociologia das mobilizações coletivas desenvolvida por Elísio Estanque.

Palavras-chave: Estratificação social; classes sociais no Brasil; trabalho doméstico; ação coletiva; sujeitos sociais.

1.Introdução

O presente texto, escrito em forma ensaística, tem o objetivo de dialogar com uma publicação do Professor Elísio Estanque a respeito da classe média. No texto no qual nos referenciamos (Estanque, 2017), o autor retoma a discussão conceitual sobre a classe média, sem resvalar para o essencialismo de quem identifica contornos precisos sobre os quais se distinguiria essa classe das demais ou de outros segmentos sociais. Além de uma revisão substantiva sobre a mobilização conceitual da classe média nas abordagens políticas e sociológicas, o que é mais instigante na elaboração do autor é a sua perspectiva epistemológica pragmática, evitando “tanto o viés empiricista como registro teorista e abstrato” (p. 41). Ou seja, mais importante do que construir a “última” definição conceitual é mobilizar esse conceito (classe média) para apreender processos, lutas e dilemas sociais contemporâneos. Dentre estes, a onda de “revoltas sociais” exemplificadas, dentre outras ocorrências, pela “Primavera Árabe” e as “Jornadas de Junho de 2013” no Brasil. Seguindo essa trilha sociológica, o autor contorna a sedutora armadilha de construir uma síntese teórica superior para lidar com uma questão que está na pauta das discussões políticas e teóricas há pelo menos 200 anos. Com esse ângulo de abordagem, Estanque (2017) fornece aportes substantivos

¹ Ensaio apresentado à disciplina *Análise de Classes e Transformação Social* do Programa de Doutorado em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da FEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

² Aluna do programa de Programa de Doutorado em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo

para uma reflexão sociológica sobre mobilizações coletivas diversas, as quais estão a ocorrer tanto em países do Norte quanto do Sul. Sem descuidar dos impactos sociais das políticas econômicas impostas pela *Troika* em Portugal.

Ao incorporarmos os aportes analíticos de Estanque não o fazemos para seguir a sua empresa analítica que é a de apreender as conexões entre as mobilizações coletivas (“revoltas sociais”) e as redefinições estruturais da distribuição de recursos materiais e simbólicos que alteraram as expectativas e status das classes médias. Essas inter-relações, diga-se de passagem, são especialmente fortes nos países ocidentais que estão a vivenciar mutações no trabalho e nos elementos constitutivos de riqueza. Ou seja, um mundo em que o trabalho e o capital estão tendo suas naturezas essenciais modificadas. Esse não será o nosso caminho. A nossa pretensão não é apenas mais modesta, mas focaliza um ângulo, se não oposto ao menos complementar àquele sobre o qual o Professor Estanque direciona suas baterias analíticas: a dimensão conservadora e de (re) afirmação da dominação social da classe média. Tomamos como referência para tanto a sociedade brasileira contemporânea, ressaltando, mesmo correndo o risco de ficar na superficialidade, de alguns dos seus dilemas sociais mais dilacerantes (e também sociologicamente estimulantes) dos dias atuais. Em outras palavras, estamos mais voltados a ressaltar os elementos de realidade que expressam o papel da classe média na *reprodução da desigualdade social* do que em explicitar aqueles aspectos que apontariam para as suas potencialidades críticas e antissistêmicas.

Tendo esse horizonte de abordagem, o nosso objetivo será objetivar alguns dos mecanismos de reprodução da desigualdade e da dominação social nas movimentações e elaborações discursivas de agente sociais das classes médias no Brasil. A justificativa para esse exercício sociológico assenta-se menos na “singularidade” do mundo social nos trópicos, e, mais, no fato de que encontramos aí situações exemplares das contradições que dividem e dilaceram as classes médias pelo mundo afora. Obviamente, essas situações não deixam de ser singularmente exóticas e caricatas, mas, nem por isso, tornam-se irrelevantes e nem, feitas as devidas contextualizações, generalizáveis.

Para alcançar esse objetivo, tomaremos como referência duas dimensões da vida social das classes médias nos trópicos sobre as quais são expressivas da posição das classes médias em relação à desigualdade social: o *trabalho doméstico* e a *relação com*

o Estado (e, de resto, com a esfera do público)³. Dimensões, obviamente, que também são estruturais da constituição das posições sociais de classes médias em outras partes do mundo. Basta que se pense, por exemplo, no papel da contratação de imigrantes ilegais latino-americanos para a execução de serviços domésticos nos lares norte-americanos. E, tanto no Hemisfério Norte quanto no Sul, essa dimensão da vida social é cortada por eixos estruturantes da desigualdade social como a *etnia* e o *gênero*. Já no que diz respeito à centralidade do Estado na feitura das classes médias e no seu papel, mesmo durante o século XX, de espoliação e exploração extremas dos setores a quem o genial pai da sociologia brasileira, Florestan Fernandes, referia-se como “os de baixo”, vale a pena lembrarmos de que grande parte da excepcional literatura latino-americana abordou a invisibilidade dos campesinos (predominantemente de origens indígenas e africanas) diante dos aparelhos de Estado.

Não nos move, deixemos claro antes de prosseguir, a intenção, teoricamente mesquinha e politicamente empobrecida, de demonstrar que as classes médias seriam menos progressistas do que se supõe. Não por acaso, até o momento, temos utilizado o termo classe média no seu plural. Trata-se de afirmar não apenas as suas múltiplas faces, determinadas pelos diferentes acúmulos de capitais relacionais, culturais e econômicos, mas também a polifonia de vozes que as mesmas suscitam. Entretanto, algumas vezes, por necessidade de dialogar mais produtivamente com o texto de Estanque, optar-se-á pelo seu uso no singular.

2. Estruturas e mapas de sentimentos das classes médias nos trópicos

Estanque (2017) aponta como “fatores estruturantes da classe média no Ocidente” tanto o “papel do empreendedorismo e da iniciativa privada” quanto “a emergência do estado providência, sobretudo na Europa do pós-guerra” (p. 41). Essas camadas não se confundem, na sua elaboração, com aquelas dos pequenos e médios proprietários aos quais alude Alexis de Tocqueville em seu “Da democracia na América”. Obviamente, dada essa delimitação, necessita-se de certo cuidado analítico ao se mencionar classe média na América Latina para que não universalizemos estruturas e

³ Essas referências e outros dados de observação nos foram possíveis pelo objeto de pesquisa que desenvolvemos no nosso mestrado: a reconstituição da história de vida de uma ex-empregada doméstica negra que com o apoio de suas filhas criou uma pequena empresa familiar de prestação de serviços (uma lavanderia). Ver a respeito Costa (2012).

formas sociais que são mais facilmente identificáveis seja no Velho Continente ou nos Estados Unidos. Não podemos esquecer antiga lição de Ernesto Laclau: “as sociedades do Terceiro Mundo nunca puderam ser entendidas em termos de uma análise rígida de classes.” (Laclau, 1986, *on line*). Se é verdade que o Estado Providência, durante boa parte da história moderna, não foi mais do que uma miragem ou, parafraseando um tipo ideal elaborado por Alain Touraine para identificar determinadas ações coletivas, apenas um “desejo de instituições”⁴, não é nenhum equívoco, seguindo a abordagem proposta por Estanque, identificar um conjunto de segmentos sociais que em não sendo proprietários e também “nem ricos e nem (muito) pobres” constituíram-se na gestão (ou à sombra, com prebendas e formas várias de apropriação patrimonialista) do Estado. Essa forma política e social emergiu já ao fim do período colonial tanto na América Espanhola quanto na Portuguesa. Então, adiantemos, pois, um complemento àquela definição de Estanque: a classe média é, antes de tudo, politicamente definida em toda a vastidão continental abaixo do Rio Grande.

Essa proposição não é nossa, mas exposta, de forma esperançosa e generosa, por Alain Touraine em obra que, embora datada (pois sobrecarregada das expectativas positivas em relação à transição para a democracia em várias partes da América Latina), ainda serve de guia para se pensar a ação coletiva nas antigas colônias hispânicas e lusas. Seja-nos, então, permitido o recurso de uma longa citação do influente sociólogo francês:

“Na América Latina, a classe média ocupa um lugar central na descrição da vida social e dos debates políticos. Na América Latina, como nos Estados Unidos, é para o centro que a sociedade olha. Porque, como se acaba de ver, a existência de uma classe dirigente ou capitalista é substituída pela de uma oligarquia percebida como o mundo dos privilégios e o da influência estrangeira, e também porque, no outro extremo da sociedade, delinea-se a massa importante dos marginais e dos excluídos. Porém, a classe média, na América Latina, não está realmente no centro da sociedade. Designa, em vez disto, as categorias que se esforçam para ser as mais dinâmicas, as mais modernas e, pelo menos em parte, as categorias dirigentes numa sociedade que tenta aumentar a sua integração e, portanto, diminuir a importância relativa tanto dos privilegiados quanto dos subprivilegiados.” (Touraine, 1989, p.93)

⁴ Estamos tomando como referência o conceito toureineano de “desejo de movimento social” (Touraine, 1998).

Podemos atribuir essa positividade excessiva que o autor atribui à classe média no novo continente tanto ao contexto político já mencionado quanto ao fato de que, escrevendo em meados da década de 1980, ele ainda não podia captar o efeito devastador que a globalização da década seguinte teria sobre o comportamento político da “classe média”. Estamos nos referindo tanto a exacerbação do individualismo quanto à emergência de um insulamento social (com distanciamento espacial, social e simbólico dessa classe média daqueles “subprivilegiados” a que se refere Touraine). Tome-se como exemplo o comportamento político das corporações do judiciário no Brasil e teremos uma dimensão desse alheamento social. Os servidores do judiciário brasileiro (tanto juízes quanto promotores e mesmo auxiliares) são os mais bem pagos funcionários públicos, com salários que, em média, são 40 vezes o salário-mínimo, que é o padrão de remuneração de parcela significativa de trabalhadores. Esses servidores, articulados em associações ou sindicatos, diante da falência estatal em determinadas unidades federativas, como tem sido o caso do estado do Rio de Janeiro, têm promovido ações judiciais para reter recursos orçamentários e garantir o pagamento em dia de seus proventos em detrimento de categorias como professores e policiais. Estes últimos, em média, fazem jus a salários que alcançam, no máximo, 10% do salário de um juiz de primeira instância no Brasil ou de um membro do ministério público. Obviamente, esse é um caso extremo, pois, em realidade, estamos mais próximos do que pode ser definido como *casta* do que como *classe*.

Entretanto, essa quase-casta se define como classe média e assume um padrão de comportamento político e desenvolve sociabilidades que, com um ou outra deformação, espelham bem se não a realidade, ao menos os anseios e os horizontes morais da classe média no Brasil. E, assim, ao invés da ansiada integração da década de 1980, temos, como traço político distintivo desses setores (que vão de servidores do judiciários até o universo mais amplo daqueles que com eles interagem diretamente – advogados – ou daqueles milhões que sonham em a eles se juntar⁵). Com a globalização

⁵ Uma das categorias identitárias de jovens recém-formados no Brasil é a de “concurseiro”. Concurseiro é alguém que se dedica, geralmente com investimento de toda a família, aos estudos pós-universitários para conseguir aprovação em algum concurso público. Os concursos mais concorridos são exatamente aqueles do judiciário. Não poucos desses concurseiros dizem que “mais vale servir cafezinho num tribunal do que ser professor ou engenheiro”. Percepção que não é destituída de referentes na realidade, pois, em média, um servidor do judiciário (não estamos nos referindo nem a juiz e nem promotor) detentor de diploma universitário, ganha em torno de R\$ 12.000,00 (algo em torno de 3 mil

e a disseminação das novas mídias, tivemos, na América Latina como de resto em todo o mundo, a padronização de modelos de consumo e de existir socialmente que são tidos como de “classe média”. Viagens internacionais, vinhos chilenos ou portugueses, casas imitando as fachadas de mansões da Flórida, investimento de tempo e recursos com a gastronomia, cursos de línguas para os filhos e arquitetura das casas são elementos que, consumidos no conjunto ou em partes ou ainda não consumidos, mas desejados como “modelos de bem-estar”, constituem as fronteiras reais e simbólicas que se erigem agora como muro entre a classe média e os subprivilegiados.

3. Ainda no Paraíso? Entre o idílio das relações passadas e as consequências sociais da globalização

Viajantes europeus que produziram relatos de suas viagens ao Brasil no século XIX descreveram aspectos importantes do cotidiano no Brasil Império. Na vida doméstica, não apenas os senhores proprietários e seus familiares, mas também brancos pouco acima da pobreza, serviam-se de escravos para as tarefas mais simples do cotidiano. Da cozinha ao quarto de casal, passando pela sala de estar e adjacências, tudo ficava a cargo do trabalho escravo. E não apenas isso. As atividades mais simples do dia a dia, como tomar um copo de água ou introduzir um visitante nos domínios da casa, estavam a cargo dos escravos. Não por acaso, estes se dividiam entre duas categorias: “os da casa”, trabalhadores domésticos, e os “de fora”, empregados nas atividades propriamente ligadas à produção, na agricultura, no extrativismo mineral ou vegetal ou na construção civil. Obviamente, essa situação tem como contrapartida cultural uma consideração negativa do trabalho, especialmente o doméstico.

Assim, o labor era sempre negativamente tanto por todas as elites, mesmo àquelas integradas à vida supostamente cosmopolita em cidades como o Rio de Janeiro. Para os subprivilegiados, de escravos a alforriados e trabalhadores pobres, o trabalho também era negativamente percebido. Algo como uma condenação. Essa situação social, alvo de muitas investidas ensaísticas, somente veio a ser sociologicamente abordada por Florestan Fernandes, em uma obra que pode ser considerada base inicial de uma ciência social brasileira. Estamos nos referindo à obra “A integração do negro na

euros) enquanto um engenheiro civil iniciante não consegue salário superior a R\$ 5.000,00 (cerca de 1 mil e duzentos euros).

sociedade de classes”. Fernandes (1965) se perguntava, então, por que, partindo de bases aparentemente parecidas, os imigrantes pobres italianos e os negros tinham trajetórias sociais tão distintas (em relação à mobilidade social). Dentre outros achados sociológicos, Fernandes identificou que aos segundos faltavam-lhes os “pré-requisitos sócio-psíquicos” para a navegação na ordem competitiva da formação capitalista em expansão no Brasil do final do século XIX e de toda a primeira metade do século XX. E isso se devia, em primeiro lugar, à compreensível rejeição dos negros em atribuir qualquer positividade ao trabalho⁶. É quase espantoso perceber que Fernandes, sem nenhum contato com a obra de Pierre Bourdieu, tenha chegado a formular um instrumento conceitual (“pré-requisitos sócio-psíquicos”) tão próximos da noção de *habitus*⁷.

Essa digressão, aparentemente dispersiva em relação ao objeto do presente ensaio, justifica-se pela necessidade de situarmos, mesmo que superficialmente, um dos elementos estruturantes da percepção sobre o trabalho, notadamente sobre o doméstico na sociedade brasileiro. Podemos dizer que essa negatividade, a qual apenas começa a ser relativizada, corta transversalmente a sociedade brasileira. E tem como um dos seus efeitos mais dolorosos a extrema violência psicossocial sobre aquelas (predominam as mulheres nessas atividades) que desenvolvem o trabalho doméstico em lares que não os seus. O Brasil, não é bom esquecer, é um dos países do mundo com o maior contingente de trabalhadores domésticos (quase sete milhões de trabalhadores⁸). Isso implica em 03 empregados (as) domésticos (as) para cada 100 habitantes, situação sem par no mundo, mesmo em se comparando com países como a

⁶ Não deixa de ser irônico se perceber que Florestan Fernandes, que, como cidadão foi um militante da causa socialista e alguém que foi homenageado fortemente pelo movimento negro, somente chegou aos seus achados porque estava livre de qualquer a priori politicamente correto a respeito dos seus pesquisados. Assim sendo, ele não teve pejo em se referir à preguiça, à utilização instrumental das mulheres da família, inclusive filhas, como meios fáceis de aquisição de dinheiro e nem à expectativa das prostitutas negras em constituir com os seus clientes relações duradouras que redundassem em “amor” e “sustento”.

⁷ Dado que o arsenal bourdieusiano se constituiu, nos dias correntes, em algo como a atmosfera sociológica dos nossos dias (está tão impregnado no nosso fazer que mal nos damos conta dele), podemos citar, sem a preocupação de ir buscar uma fonte autorizada a definição de *habitus* como a articulação entre as disposições incorporadas e as percepções de mundo de uma agente socialmente situado.

⁸ Ver a respeito Wentzel (2018).

Arábia Saudita ou o Kuwait, conhecidos pelo uso intensivo de mão de obra imigrante para o exercício de atividades consideradas “inferiores”.

Não por acaso, no imaginário brasileiro “não fazer nada” é o que deve prevalecer no paraíso. Obviamente, esse elemento não significa a desvalorização de todo o trabalho, apenas aquele não muito conscientemente considerado “inferior”. Políticos, empresários e profissionais sempre se gabarão de “trabalhar muito”, mas o seu será um trabalho que produz “resultados” socialmente reconhecidos. Em certa medida, caso se leva em consideração a crítica feminista à divisão entre o “público” e o “privado”, esse não reconhecimento do trabalho “dentro de casa” não é exclusiva do Brasil, mas no país assume contornos que configuram expectativas sociais e conflitos. E em nenhum setor da sociedade brasileira, essa situação gera mais tensões do que na classe média.

E essas tensões, que não deixam de ser vividas internamente pelos indivíduos de classe média brasileira, têm por base o fato de que, ao mesmo tempo em que esta classe, como apontou Touraine (1998), pretenda-se “dinâmica” e, acrescentamos com linguagem dos dias correntes, “inovadora”, conceba as tarefas domésticas como “naturalmente” destinada a “outros”. E essa “naturalização” é tão enraizada social e psiquicamente que mesmos aqueles e aquelas que se dizem críticos e, não raro, “de esquerda”, utilizam do trabalho doméstico barato. Obviamente, como ocorre com os norte-americanos liberais que empregam como domésticas imigrantes ilegais centro-americanas⁹, essa situação é recoberta por relações recobertas por eufemismo: “no fundo, esse trabalho é uma forma de ajudar a família dela” ou “se ela não estiver trabalhando aqui, ia fazer o quê?”.

Podemos fazer um paralelo entre a situação das empregadas domésticas e os trabalhadores rurais em termos de amortecimento de contradições e conflitos potenciais. Nos anos 1930, quando da consolidação do Estado nacional sob a Ditadura Vargas, um pacto social implícito foi construído: garantia-se direitos trabalhistas, como o salário-mínimo, o direito à férias e à organização sindical (mesmo que controlado ferreamente pelo Estado através do Ministério do Trabalho) para os trabalhadores

⁹ Estamos tomando aqui como referência, os achados expostos por Romero (1999) a respeito do tratamento que seus colegas professores universitários dispensavam à suas empregadas domésticas.

urbanos em detrimento dos camponeses e trabalhadores rurais¹⁰. Estes, que constituíam a grande massa trabalhadora do país, somente puderam entrar em cena como atores políticos e sociais, através de ações patrocinadas pela Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro, nos anos 1950 e 1960¹¹. A correlação possível entre os trabalhadores rurais e as empregadas domésticas é que a exclusão duradoura de ambos do campo dos direitos trabalhistas mínimos garantiu que interesses conservadores se mantivessem intocados. No caso dos primeiros, o antigo latifúndio e a nova burguesia agrária; já as segundas, garantiram, indiretamente e com muito sofrimento, que as relações de gênero tivessem o seu potencial de conflito amaciado no universo das classes médias. Referimo-nos ao fato de que, em decorrência da “naturalidade” com o que a existência empregada doméstica em cada lar (das classes médias e da elite) é encarada, ocorreu um amaciamento das relações de gênero no Brasil.

Em outras palavras, se a mulher de classe média brasileira pode desenvolver uma carreira profissional, exercer atividades públicas e não ter tantos conflitos com os seus conjugues em relação à divisão dos trabalhos em casa isso se deve ao fato de contar (e aí utilizamos aqui uma linguagem nativa) como uma “retaguarda”: a empregada doméstica. Nesses ambientes, antes da aprovação da lei sobre o trabalho doméstico a qual fazemos referência mais abaixo, era comum que, em uma sexta-feira à noite, por exemplo, o casal pudesse sair para um momento festivo¹², a “secretária”, que já trabalhou o dia inteiro, fique em casa tomando conta dos filhos. Um dos eufemismos utilizados na contratação de empregadas domésticas no Brasil era a exigência contratual

¹⁰ Esses trabalhadores só vieram a ter os seus direitos trabalhistas iguais aos dos trabalhadores urbanos nos anos 1990, em consequência da implementação de leis derivadas da Constituição de 1988. Entretanto, ainda hoje, parte desses direitos, como é o caso da aposentadoria e de todos os custos previdenciários, está assentada não em impostos (patronal, inclusive, como é o caso dos trabalhadores urbanos), mas em custeio oriundo do Orçamento Geral da União. Traduzindo: é o conjunto da sociedade, inclusive o restante dos trabalhadores, que garante, com os seus impostos, a previdência social rural, tornando o empresariado rural (desde os médios proprietários rurais até os latifundiários e grandes empresas agroexportadoras) isento desse imposto.

¹¹ Os sindicatos de trabalhadores rurais, criados no início dos anos 1950, foram, especialmente na Região Nordeste do Brasil, sob a influência da Igreja Católica para enfraquecer as Ligas Camponesas, articuladas pelo advogado e militante político do trabalhismo Francisco Julião. O Partido Comunista Brasileiro, posteriormente, procurará atuar dentro desses sindicatos, antes, porém, foi articulador de resistências camponesas contra a tomada de terras por latifundiários no oeste do estado de São Paulo e no sul do estado de Goiás.

¹² Um “happy hour”, como se diz, dado que, abaixo da Linha do Equador, a intercalação de palavras em inglês nas conversações é um apreciado elemento de distinção social.

de que as contratadas “dormissem no emprego”¹³. Essa situação teve um impacto na arquitetura brasileira que apenas visitantes estrangeiros mais sensíveis percebem: todo apartamento localizado em edifício construído até o início dos anos 2000 conta com um “quarto da empregada”¹⁴. Trata-se, na realidade, de um cubículo de apenas seis metros quadrado, com banheiro e sem ventilação.

Com a configuração acima desenhada, qualquer exercício de objetivação das relações entre patroas e empregadas domésticas¹⁵ ou mesmo as tentativas de formalização dessas relações são sentidas como ameaças pelas classes médias. Essas resistências à objetivação ocorrem mesmo em setores de esquerda, e, por mais irônico que possa parecer, entre “patrões” que são sindicalistas (geralmente do setor público) ou militantes de alguma corrente mais à esquerda do PT ou do PSOL e que afirmam estar firmemente empenhados “na luta pelos direitos da classe trabalhadora.” A autora deste trabalho, em não poucas ocasiões, defrontou-se, em visitas a colegas e amigos, com empregadas domésticas trabalhando em dias de domingo ou noite adentro. Mesmo sabendo que seria considerada inoportuna, questionava sobre o contrato de trabalho da empregada. Não poucas vezes, teve como resposta de que elas haviam “aceitado tranquilamente ajudar até mais tarde” naquelas oportunidades. Em outras oportunidades, ao questionar a respeito da “assinatura da carteira de trabalho”¹⁶ delas, obtive a cínica resposta de que elas mesmos “não querem”.

Ainda sobre essa “inconsciência de classe”, vale a pena lembrar que, no Brasil, para além daqueles setores militantes acima mencionados, que mesmo intelectuais ditos críticos, os quais não conseguem articular três frases sem quatro referências a

¹³ “Dormir no emprego” significa estar a disposição dos patrões a qualquer hora do dia ou da noite.

¹⁴ Sobre o lugar social e simbólico na arquitetura brasileira, ver Vianni (2016).

¹⁵ Dado o lugar de inferioridade concedido aos fazeres domésticos, mesmo nos lares de classe média no Brasil, a relação (de gerenciamento das atividades laborais) com a empregada doméstica é da mulher. Isso não significa que as empregadas não sejam alvos de assédios, humilhações e maus-tratos por parte dos “donos da casa”, mas, sim, que são as donas da casa (ou “patroa”, uma categoria nativa) que lidam com os “problemas” dessa relação.

¹⁶ “Assinar a Carteira de Trabalho”, no Brasil, significa formalizar a relação de trabalho, o que implica em obrigações patronais, como pagamentos da previdência. Como mais da metade das empregadas domésticas não têm suas carteiras assinadas, não têm previdência social paga. Na velhice, não se aposentam. Passam a receber um auxílio financeiro do Estado como se nunca houvessem trabalhado e fossem indigentes. Por outro lado, ao ficarem de fora da previdência social, essas trabalhadoras ficam desamparadas em situação de doença ou invalidez prematura. Nessas situações, passam a depender exclusivamente de suas famílias pobres, pois, são sumariamente despedidas por suas patroas.

Pierre Bourdieu, Michel Foucault ou Judith Butler, também deixam de formalizar os contratos de trabalho com as suas empregadas domésticas.

Por isso é fácil entender que após mais de dez anos de governos ditos de esquerda (a chamada “Era Lula”), apenas em 2013 o Governo Federal tenha enviado para o Congresso Nacional um projeto de lei para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos do restante dos trabalhadores¹⁷. Dentre estes, a licença-maternidade, a delimitação de uma jornada de trabalho¹⁸, o direito a férias remuneradas e, o que mais indignou a classe média, o pagamento das horas-extras trabalhadas. E aqui chegamos a um ponto importante deste ensaio: parte da revolta da classe média brasileira nos últimos anos está diretamente relacionada com os pequenos avanços de cidadania das empregadas domésticas no campo das relações de trabalho.

4.O paraíso ameaçado e as Jornadas de 2013

No texto já referido, o Professor Elísio Estanque chama-nos a atenção para a “ambivalência” que marca a classe média. O destaque dado pelo autor ao conceito de identidade é uma base importante para a reflexão sobre o papel da classe média na reprodução da desigualdade social no Brasil. Também nos serve de aporte para pensar que essa identidade, que não é definida isoladamente por um ator, mas sempre em interação com outros significativos, especialmente adversários, é um elemento fundamental a ser levado em conta.

Nesse sentido, a ambivalência da classe média brasileira em relação à desigualdade (não esqueçamos que estamos em um dos países mais desiguais do mundo!) é um dado incontornável da análise social e política. Assim, quando vastos setores dessa classe se engajam em ações coletivas em defesa de “direitos” e “contra tudo que aí está”, o desafio da sociologia é o de (re) incorporar antiga lição: distinguir aquilo que os homens (e mulheres) dizem de si e do que fazem daquilo que eles e elas efetivamente fazem.

¹⁷ Esse Projeto de Lei, com modificações para agradar aos empregadores de classe média, somente veio a ser aprovado e sancionado pelo Congresso Nacional em fins de 2015.

¹⁸ Registrada em um caderno de anotações. Antes, a empregada doméstica poderia começar a sua atividade, por exemplo, às 6h00 e continuar no exaustivo trabalho até às 18h00. Agora, como de resto todos os trabalhadores, têm garantido o direito ao descanso semanal, intervalo para o almoço e jornada semanal de 44 horas.

No que toca à identidade da classe média no Brasil, os “outros” com os quais ela se defrontou são, a “elite” (que tanto pode ser a grande burguesia quanto as oligarquias tradicionais) e os “pobres” (quase sempre marcados pela variável étnica, pois, negros ou “pardos” em sua grande maioria). Em relação aos “de cima”, a classe média desenvolveu uma crítica fundada na oposição “mérito” (*nosso*, da classe média) X “privilégios” (deles, da “elite”). Essa elaboração, nos últimos anos, ganhou força com a reprodução da retórica neoliberal pela mídia local: grandes empresários, banqueiros, empresários do agronegócio (em oposição a “velhos fazendeiros”) e apresentadores de TV passaram ser vistos como “pessoas que se fizeram” e, por isso, detentores de mérito. No que diz respeito aos “de baixo”, com exceção da classe média envolvida no projeto de governo petista ou apoiadora deste¹⁹, foram vistos, como uma massa de “gente que não se esforça” e que “ganham tudo de mão beijada” de um “governo populista”.

Retomemos o fio da narrativa até aqui construída. A classe média brasileira, nas duas últimas décadas, afastou-se fisicamente dos espaços de convivência com os outros segmentos sociais. Mesmo a classe média baixa, formada por empregados do setor de serviços, estimulada pela política de crédito da “Era Lula”, adquiriu apartamentos em edifícios que reproduzem (ou caricaturam) o modo de vida dos mais ricos e tentam se distanciar fisicamente dos bairros populares. Um dos efeitos é que os antigos bairros tradicionais de classe média, constituídos por casas, passem por significativo processo de abandono. Os filhos dessa classe média frequentam escolas privadas, meio para conseguir sucesso no acesso às universidades públicas gratuitas²⁰. Assim, não é de se

¹⁹ Esses segmentos, dentre os quais não poucos daqueles auto identificados como “progressistas” que naturalizam as condições de trabalho das empregadas domésticas, produziram uma caricatura como se fosse crítica: a classe média, incomodada com a ascensão dos “mais pobres” devido às políticas de “inclusão social” do PT mobilizaria a bandeira anticorrupção para tirar do “poder” o partido que estava levando os pobres a poderem frequentar aeroportos e ter os seus filhos nas melhores universidades.

²⁰ No Brasil, o acesso ao ensino superior, antes efetivado por um processo de cada instituição isoladamente (vestibular), a partir do final de 2012 passou a ser nacional (o Exame Nacional do Ensino Médio). Em meio a essa mudança, o Governo Federal instituiu cotas de 50% das vagas para estudantes oriundos das escolas públicas. Essa medida implicou em que estudantes de classe média, oriundos das primeiras escolas, passaram a “perder” vagas para os seus colegas das segundas escolas. Ora, um dos pontos não explicitado do pacto social do Brasil durante mais de meio século foi o de que a classe média pagava pelo ensino básico em melhores escolas (privadas), e, com isso, garantia o sucesso dos seus filhos nas melhores instituições de ensino superior (as públicas). Dessa forma, a escola pública do ensino básico, responsabilidades dos governos estaduais, ficou sucateada e com profissionais mal pagos; enquanto as universidades públicas, destinadas às classes médias, foram aqui nohadas, em quase todos os governos, com mais recursos para as suas infraestruturas e com salários melhores para os seus profissionais. Não por outro motivo, a classe média, através das redes sociais e da vocalização de muitos

estranhar que a busca pelo distanciamento físico e simbólico dos mais pobres seja uma obsessão para a classe média brasileira.

No que diz respeito às empregadas domésticas, o fato de elas, ao menos em parte, terem avançado a sua cidadania no campo do trabalho, o mal-estar provocado não foi pequeno. A revista VEJA, espécie de porta-voz do antipetismo e dos setores conservadores brasileiros durante as duas últimas décadas, em um encarte destinado aos seus leitores do Estado de São Paulo, em matéria de capa, anunciava em 2011: “Domésticas passam a apitar as regras do jogo”. Na matéria jornalística, um apanhado das reclamações de patroas com as “imposições” das empregadas: fixação do horário da jornada, tempo de descanso para o almoço e negativa em “dormir no trabalho”. Outra rol de reclamações dizia respeito ao que se pode considerar, com a devida relativização, de incorporação do “politicamente correto” pelas classes populares brasileiras: a não aceitação passiva dos tratamento ofensivos em relação a cor da pele, aos cabelos e ao lugar de origem²¹. Todo esse descontentamento patronal pode ser resumido em uma frase muito proferida nesse período: “esse povo (pobre) não sabe mais o seu lugar”.

5. Conclusão

Neste ensaio, buscamos incorporar, na abordagem da realidade brasileira, elementos oriundos da elaboração de Estanque (2017). O que procuramos enfatizar foi o fato de que se, sim, é verdade que “perante as novas de concentração de riqueza no topo, as classe médias entraram aos poucos num ciclo de frustração e crispação” (p. 51), por outro lado, também é verdade que existe uma dimensão conservadora nessa crispação que não está relacionada a uma oposição “aos de cima”, mas aos “de baixo”. Em um país no qual a utilização de trabalho doméstico mal pago e em situações degradantes é uma realidade naturalizada, mesmo entre a classe média dita

atores políticos, passou a vocalizar que o “populismo” estava tirando as “vagas dos melhores” para “fazer política com os pobres”.

²¹ A um observador estrangeiro parecerá mais uma manifestação de exotismo de um político de extrema-direita populista o fato de o Presidente Jair Bolsonaro, quando do seu discurso de posse, ter declarado que pretende acabar, além do “marxismo cultural” (sic), com o “politicamente correto”. Na verdade, a frase tem todo o sentido. Trata-se de anunciar para essa classe média frustrada com as mudanças no campo das relações interpessoais (especialmente entre patroas e empregadas domésticas) que as suas reclamações serão levadas a sério pelo governo. Sobre a possibilidade efetiva dessa política, importa pouco, pois, o relevante é a sua enunciação.

progressista, o bloqueio de “mobilidade social” sentido por essa classe também pode ser visto como a impossibilidade de reprodução de uma situação que amplia a desigualdade social.

6. Bibliografia

COSTA, Andréa Monteiro da. *Habitus em transformação: retrato sociológico de uma lavadeira da periferia de Natal*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Orientador: Roberto Vêras de Oliveira. Campina Grande (PB): Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

ESTANQUE, Elísio. “Onde pára a classe média? Breves notas sobre o conceito e a realidade portuguesa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 83, 2017.

FLORESTAN, Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965. (2 volumes)

LACLAU, Ernesto. “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 1, nº 2, 1986.

TOURAINE, Alain. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

ROMERO, Mary. “Immigration, the Servant Problem, and tje Legacy of the Domestic Labor Debate: “Where can you find good help these days!” *Miami Labor Review*, nº 1045, 1999. Disponível no site: <https://repository.law.miami.edu/>. Acesso em: 06 de jan. de 2019.

VIANI, Eduardo. “Quartos de empregada doméstica geral debate sobre segregação”. *O Globo*, 14/08/2016. Disponível no site: <https://oglobo.globo.com/sociedade/quartos-de-empregada-domestica-geram-debate-sobre-segregacao-19910411>. Acesso em; 08 de jan. de 2019.

WENTZEL, Marina. “O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo”. *BBC Brasil*, 28 de fev. de 2018. Disponível no site: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em 06/01/2019.